



NOTA AO PÚBLICO

A Associação Brasileira de Portais de Notícias (ABBP), entidade que representa os portais e veículos digitais de comunicação do Distrito Federal e de todo o Brasil, vem a público manifestar seu repúdio veemente à orquestração política articulada pelo presidente do partido Avante, Gim Argello, e pelo candidato ao Governo do Distrito Federal, o inelegível José Roberto Arruda, que utilizam o “ex-cabo Vitório” como “laranja difamador” para atacar veículos de comunicação do DF.

Os portais de notícias associados à ABBP cumprem rigorosamente sua obrigação constitucional e ética de noticiar os fatos com isenção e veracidade. Entre esses fatos está a decisão judicial que condenou o ex-cabo Vitório ao pagamento de R\$ 20 mil por danos morais ao capitão Márcio Batista Gomes, além de outras medidas, incluindo retratação pública. Noticiar decisões judiciais transitadas em julgado ou com força executória não é difamação: é exercício regular do jornalismo.

Todas as empresas de comunicação, sejam elas de grande ou pequeno porte no que se refere à captação de verba publicitária, têm seus contratos e recebimentos devidamente publicados no Portal da Transparência do Governo do Distrito Federal, garantindo total visibilidade e accountability à sociedade.

No caso específico do Distrito Federal, a administração pública está obrigada por lei a destinar espaços publicitários aos pequenos portais de notícias e blogs. A norma, fruto de uma luta diária da ABBP desde sua fundação em 2014, foi regulamentada em dezembro de 2025. A ABBP esclarece que, independentemente da cor partidária do governo de plantão no Palácio do Buriti, essa lei será rigorosamente cumprida. A democratização do acesso à publicidade oficial que antes era das grandes empresas de comunicação do País não é favor, mas direito legal que assegura pluralidade informativa e fortalece as pequenas empresas constituídas do jornalismo local.

Quanto às calúnias e injúrias propagadas pelo ex-cabo Vitório, que carregam claramente as digitais de Arruda e Gim Argello, a ABBP informa que já está adotando todas as medidas cabíveis no âmbito judicial, inclusive com pedidos de responsabilização civil e criminal.

A liberdade de imprensa e o direito à informação verdadeira não serão silenciados por manobras políticas ou uso de interpostas pessoas. A ABBP reafirma seu compromisso com o jornalismo responsável e com a defesa intransigente dos veículos de comunicação que atuam com seriedade no Distrito Federal.

Brasília, 20 de abril de 2026.

Associação Brasileira de Portais de Notícias - ABBP